

Ainda o conservadorismo popular: variações contemporâneas de uma ideia renitente

[*Still popular conservatism: contemporary variations of a persistent idea*]

Pedro Luiz Lima¹

Jorge Chaloub²

O presente artigo é financiado pela Bolsa de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo programa Jovem Cientista do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e pelo Edital de Demanda Universal de 2018 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

RESUMO • O artigo pretende reconstruir uma ideia mobilizada por autores de tempos e linhagens diversas: a suposta tendência conservadora do povo brasileiro. Preocupados com seus usos contemporâneos, escolhemos três autores tão diversos quanto influentes no debate público brasileiro da última década – André Singer, Lília Schwarcz e Olavo de Carvalho – como uma forma de refletir, a partir de suas ideias a respeito do conservadorismo, do povo brasileiro e da cultura política nacional em geral, sobre possíveis convergências entre reflexões profundamente díspares e de propor hipóteses acerca da construção de sentidos comuns, intelectuais e políticos, dentre as interpretações do Brasil. • **PALAVRAS-CHAVE** • Conservadorismo; pensamento político-

social brasileiro; povo. • **ABSTRACT** • The article aims to reconstruct an idea that has been mobilized by authors from different eras and traditions: the supposed conservative tendency of the Brazilian people. Focusing on contemporary uses of the argument, we selected three authors – André Singer, Lília Schwarcz, and Olavo de Carvalho – who, despite their diverse perspectives, have been influential in Brazilian public debate over the past decade. Through this selection, we aim to reflect on the convergence of profoundly disparate reflections and propose hypotheses about the construction of intellectual and political common sense in interpretations of Brazil. • **KEYWORDS** • Conservatism; Brazilian social-political thought; people.

Recebido em 5 de setembro de 2024

Aprovado em 5 de novembro de 2024

LIMA, Pedro Luiz; CHALOUB, Jorge. Ainda o conservadorismo popular: variações contemporâneas de uma ideia renitente. *Rev. Inst. Estud. Bras.*(São Paulo), n. 89, 2024, e10716.



Seção: Dossiê

DOI: 10.11606/2316901X.n89.2024.e10716

1 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

2 Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

Em seu discurso de posse na presidência, Jair Bolsonaro (2019) declarou que “As eleições deram voz a quem não era ouvido”. A vitória eleitoral do presidente de ultradireita seria, desse modo, a revelação de uma essência do povo brasileiro, antes incapaz de alcançar o sistema político por razões diversas, que passariam pelo sucesso da esquerda em impor sua visão de mundo e chegariam à ausência de uma verdadeira direita, (UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil). carente de representação institucional. O político repetia um mote reiterado durante toda a sua campanha, mas não estávamos diante de um argumento novo ou incomum. A projeção de uma afinidade profunda com os anseios e valores populares já fora parte central da identidade da oposição de direita aos governos petistas, que reivindicava simultaneamente certa feição vanguardista e a representação de valores profundos.

Parte da bibliografia sobre direitas contemporâneas no Brasil procurou dar conta dessas *performances* retóricas ao falar de “nova direita”, ou apontar para uma síntese liberal-conservadora (ROCHA, 2021; CAVALCANTE; CHAGURI; NICOLAU NETTO, 2021; CHALOUB; LIMA; PERLATTO, 2018). Merecedor de definições diversas, cabia ao conceito de conservadorismo, ou de neoconservadorismo, o papel de representar a dimensão “popular” da ultradireita, seja a partir da ênfase no diálogo com crenças religiosas com forte representação nos setores mais pobres, como os evangélicos, seja a partir da ideia de que os atores que reivindicavam uma identidade ostensiva à direita expunham velhas mazelas da sociedade brasileira, como sua dimensão autoritária, patriarcal, racista e desigual.

Estamos diante, contudo, de uma representação da sociedade brasileira que não se restringe ao debate contemporâneo, ou mesmo à direita. A ideia de um conservadorismo intrínseco à sociedade brasileira é ponto comum no discurso de autores e atores de feições diversas, em momentos históricos distintos. Sob as camadas da noção de *conservadorismo popular* persistem discursos diversos, de múltiplas temporalidades do pensamento político social brasileiro, os quais muitas vezes assumem, por vezes sem a plena clareza de quem os mobiliza, o estatuto de um “senso comum teórico”, capaz de ultrapassar o debate especializado e ganhar relevância na esfera pública.

Há, por um lado, ecos da oposição entre *Brasil real* e *Brasil legal*, mote dualista (SANTOS, 1978) que, com feições diversas, atravessa o pensamento saquarema do

Segundo Reinado e ganha novo fôlego nas décadas de 1910, 1920 e 1930, através de autores como Alberto Torres e Oliveira Vianna, os quais conformaram certa tradição de direita no Brasil. Pode-se apontar, por outro lado, relações com a ideia de *cultura popular hegemônica*, seja por certa psicologia social, seja pela longa reiteração de certas práticas. Trata-se de um discurso modernista com ampla popularidade na década de 1930, que se faz presente, mesmo que com maior complexidade e riqueza de nuances, nas obras de autores como Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre (e que costuma comparecer, de forma simplificada, em parte de sua recepção). Por fim, a ideia do *conservadorismo popular* retoma representações do Brasil a partir da chave do *descompasso com a modernidade dos países centrais*. O discurso vincula tradições diversas do pensamento brasileiro, encontrando forte popularidade em interpretações da esquerda marxista, presentes na linha hegemônica do Partido Comunista do Brasil (PCB) e reformulada, de forma mais nuançada, nas interpretações que leem o golpe de 1964 por meio do conceito de populismo. A ênfase no atraso como descompasso entre o Brasil e as modernidades hegemônicas também está em certa interpretação weberiana da modernidade brasileira, que “incide bem menos na inquirição das patologias da modernidade do que nas formas patológicas de acesso ao moderno” (VIANNA, 1999).

Seria possível uma reconstrução extensa desses discursos na longa duração do pensamento político-social brasileiro, mas, nesse caso, a tarefa exigiria no mínimo a extensão de um livro, o que ultrapassa em muito os limites do presente artigo. Como alternativa metodológica, procuramos reconstruir, a partir de três interpretações contemporâneas do Brasil, versões distintas da representação do povo brasileiro como eminentemente conservador. A partir das obras de André Singer, Lilia Schwarcz e Olavo de Carvalho, pretendemos expor como o conservadorismo popular é por vezes retratado como uma *marca da estrutura de classes* no Brasil (SINGER, 2012), uma *cultura política e social* (SCHWARCZ, 2019a) ou uma *essência imutável da brasilidade* (CARVALHO, 2013). Há ao menos dois sentidos implícitos na ideia de conservadorismo popular. Ora podemos pensá-lo como um tipo popular de conservadorismo, em contraponto ao que seria um conservadorismo elitista; ora entendê-lo como o tipo de conservadorismo próprio ao povo brasileiro, o que não necessariamente implica uma diferenciação entre povo e elite. Veremos a seguir como, a despeito de suas diferenças, nos três casos abaixo analisados reaparecem combinações daqueles dois sentidos.

O leitor pode, à primeira vista, se impressionar com a diversidade dos estilos, e mesmo com a discrepância na qualidade das obras, dentre os autores selecionados. Há, porém, justificativa para um *corpus* de análise tão heterogêneo. Um dos objetivos do texto é refletir sobre a persistência de uma representação de povo com aspectos semelhantes a partir de inspirações teóricas e posições políticas tão diversas. É possível, assim, levantar hipóteses interessantes sobre elementos transversais presentes em tradições diversas do pensamento político-social brasileiro, dada a amplitude do emprego da ideia de *conservadorismo popular*.

Deve-se ressaltar, entretanto, que a atenção à longa duração não pressupõe a ausência de historicidade e tampouco implica deixar de lado as importantes diferenças entre os diversos discursos analisados. Parte do interesse em retomar

o tema está justamente no diagnóstico de que o discurso sobre o conservadorismo popular não apenas ganhou força, mas é elemento central da interpretação sobre a crise democrática e a ascensão da ultradireita no Brasil contemporâneo. Em um momento no qual esse discurso se tornou um poderoso instrumento político, que estrutura parte das campanhas e *performances* políticas da ultradireita, é importante reconstruir seus caminhos, com atenção aos vínculos mais longevos, mantida a ênfase nos desdobramentos e transformações recentes. A reconstrução da historicidade do discurso é uma forma de evitar a naturalização das teses mais difundidas e reiteradas, desconfiando de sua pretensão à descrição imediata da realidade.

A escolha dos autores, por sua vez, decorre não apenas da diversidade de formulações do argumento do *conservadorismo popular*, como da centralidade desse tópico para importantes reflexões sobre os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e de Jair Bolsonaro. Algumas das mais influentes interpretações sobre as eventuais mutações do PT após suas vitórias nas eleições presidenciais apontam para a mudança da base eleitoral do petismo como motivo central para uma linha de ação mais moderada, no ritmo de um reformismo fraco. Estaríamos diante de um necessário *aggionamento*, que buscava aproximar o partido do novo perfil do seu eleitorado. No lugar de um proletariado consciente de si e de seus interesses concretos, um *subproletariado* que, a partir da inspiração do *18 Brumário*, seria tendencialmente conservador (SINGER, 2012), expressão da forma particular da sociedade de classes no Brasil.

De formas diversas, a ideia de um povo conservador também foi mobilizada para enquadrar o protagonismo da ultradireita na política brasileira. Análises de intelectuais públicos do campo sobre sua própria trajetória recente (CARVALHO, 2013) e interpretações críticas do autoritarismo no Brasil contemporâneo (SCHWARCZ, 2019a) apresentaram um diagnóstico que, em meio a inspirações teóricas francamente distintas, revela elementos semelhantes. Em Olavo de Carvalho, a questão é organizada a partir de um discurso conspiracionista, que atribui a erros dos militares e a uma estratégia bem-sucedida da esquerda o surgimento de um descompasso entre elites e sociedade: o Brasil teria um povo conservador e uma classe dirigente de esquerda. Já Lilia Schwarcz, com intenção crítica, retoma motes consolidados sobre a formação social brasileira para compreender Bolsonaro como uma manifestação de velhas mazelas. Há também afinidades entre essa leitura e a interpretação de André Singer sobre o sucesso eleitoral do bolsonarismo (SINGER, 2021), que seria a representação de um eleitorado conservador carente, nas eleições anteriores, de líderes capazes de expor seus anseios.

A partir dos três autores escolhidos, pretendemos explorar casos representativos do pensamento político-social brasileiro contemporâneo. É notória a relevância de cada um deles em seu respectivo campo de atuação. E se por um lado a escolha amplia o leque de repertórios analisados, em termos disciplinares e de tradições intelectuais, por outro ela se justifica pelo modo como todos eles, cada um à sua maneira, extrapolam os limites do discurso estritamente acadêmico e atuam como intelectuais públicos.

O presente artigo não pretende reconstruir a obra dos autores tratados ou reduzi-los a um único argumento. Parte fundamental do nosso pressuposto, e do interesse do artigo, está na absoluta diversidade de estilos, posições políticas e mesmo

de sofisticação teórica das obras analisadas. Para tanto, reconstruiremos os modos pelos quais a relação entre as duas noções, *povo* e *conservadorismo*, aparece em seus textos. Através da reconstrução desses diversos modos de pensar tal relação, em seus pontos comuns e divergências, pretendemos expor pressupostos e visões de mundo do debate público dos últimos anos, esforço sem dúvida fundamental para melhor compreendermos o acidentado percurso recente da política brasileira.

ANDRÉ SINGER E AS TENDÊNCIAS CONSERVADORAS DO POVO-MASSA NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

Se a linhagem conservadora do pensamento social brasileiro se desdobra no presente reproduzindo suas premissas mais caras, dentre as quais o pressuposto (e o diagnóstico) de que o povo brasileiro seria eminentemente conservador em seu apego à ordem, a tradições, ao princípio da autoridade encarnada no Estado, dentre outros elementos, interessa observar como tais premissas reaparecem alhures como temas comuns de linhagens distantes e antagônicas. Mesmo em certo marxismo brasileiro, ao menos desde os anos 1960, pode-se notar a reprodução, como parte orgânica de uma longa tradição crítica, de concepção pouco abonadora acerca do potencial transformador das “massas populares”. Essa concepção recupera, como veremos, conceitos do próprio Marx e alcança até mesmo algumas das interpretações contemporâneas mais sofisticadas da realidade brasileira, como é o caso da obra de André Singer.

A herança marxista de uma dualidade cerrada entre massa e classe parece-nos pouco permeável a nuances históricas e termina sugerindo um possível ponto de contato entre marxismo e conservadorismo. Em busca de explorar essa estranha familiaridade, há que se manter certa prudência analítica: não se trata, evidentemente, de postular um embaralhamento das diferentes tradições, de relativizar seu antagonismo, de amenizar suas peculiaridades. Antes, o propósito aqui é, salvaguardado o caráter pontual dessa aproximação inaudita, desenvolver as implicações dessa afinidade tópica para o pensamento social brasileiro e para a tradição marxista local. No espírito dos estudos de Gildo Marçal Brandão (2007, p. 39) sobre as linhagens, “podemos ver em situações como estas misturas menos ou mais consistentes de ética de esquerda com epistemologia de direita, e vice-versa, polarizações ambíguas ou conciliações produtivas, sublimes coerências ou ecletismos mal-temperados”. Não se trata, pois, de sublinhar um ponto de afinidade para levantar críticas à maior ou menor coerência deste ou daquele autor, mas sim de perceber como a tessitura do pensamento social brasileiro segue se fazendo por meio daquelas misturas – para cujo diagnóstico a própria figura do autor, longe de ser decisiva, serve apenas como suporte.

Veremos a seguir como a dualidade massa-classe embute certa naturalização do conservadorismo popular na obra de André Singer, tomado aqui como objeto de análise precisamente por empreender uma leitura do Brasil contemporâneo em que os dois conceitos (massa e classe) são objeto central das articulações entre presente e passado. Mesmo ali onde suas interpretações parecem mais aptas a capturar as

sinuosas contradições da luta de classes no país, percebemos o esquematismo daquela dualidade implicar a reprodução da ideia do conservadorismo popular – apresentada como constatação empírica. E uma vez que Singer adota o próprio Marx e o assim chamado “marxismo uspiano”, em sua vertente de crítica do populismo nos anos 1960 e 1970, como pontos de partida de seu diagnóstico, partiremos também brevemente deles para identificar os pressupostos que se reproduzem na obra recente do cientista político.

Em diversas passagens da obra de Marx, evidenciam-se os efeitos analíticos de uma concepção estrita de classes e de luta de classes. Um corolário da tese clássica do *Manifesto* sobre a simplificação progressiva do antagonismo de classes entre proletários e burgueses é uma espécie de aviltamento político-ideológico de todos os setores da sociedade e frações de classe que não se enquadram diretamente no esquema dual. Tudo aquilo que não é *stricto sensu* burguesia ou proletariado passa a ser tomado como elemento subordinado ideologicamente, como “subclasse”. Nesse sentido, encontramos no próprio *Manifesto* ásperas considerações a respeito, por exemplo, do “lumpemproletariado”, tratado como “apodrecimento passivo das camadas mais baixas da velha sociedade” que “em consonância com toda a sua situação de vida, estará mais pronto a se deixar comprar para maquinações reacionárias” (MARX; ENGELS, 1998, p. 18). A ideia de passividade e, por conseguinte, de profunda heteronomia é aqui determinante: haveria uma causalidade estrutural que determinaria um comportamento político volátil e, no limite, passível de manipulações pelas tais “maquinações reacionárias”.

O texto-base diretamente utilizado por Singer, e pelos críticos marxistas do populismo em que ele se apoia, é *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Ali, Marx desenvolve sua concepção acerca do que se pode compreender como subclasses: a pequena burguesia, o lumpemproletariado e o campesinato. A primeira é caracterizada como “classe de transição” em que “os interesses de duas classes se embotam de uma só vez” (MARX, 2011, p. 67), razão pela qual ao menos uma subfração “democrata” dos pequeno-burgueses concebem seu interesse como sendo o “interesse do povo”. Aferrados a essa noção abstrata de povo, do qual julgam fazer parte, seria típico dos membros dessa subclasse “a presunção de se encontrar acima de toda e qualquer contradição de classe” (MARX, 2011, p. 67).

Replicando o sentido já exposto no *Manifesto* sobre o lumpen, e carregando ainda mais nas tintas, Marx considera essa fração de classe a base social do regime bonapartista, que ela apoiaria (concretizando a imagem do *Manifesto* sobre “se deixar comprar”) em troca de algumas “migalhas”. Nesse quadro, o lumpemproletariado será tratado no *18 Brumário* como “massa indefinida, desestruturada e jogada de um lado para outro”, ou, de modo ainda mais ríspido, como “escória, dejetos, [...] refugio de todas as classes” (MARX, 2011, p. 91). A contraposição entre os comportamentos de classe e de “massa indefinida” é decisiva aqui, assim como um diagnóstico de que o antagonismo de classe, antes de se simplificar e de depurar a existência das duas classes fundamentais, produz “refugos” e “dejetos” que terminam por legar à política um componente de imprevisibilidade – ao menos em países com relativo atraso econômico, como é o caso da própria França *vis-à-vis* a Inglaterra.

Se a distinção massa/classe é decisiva para a leitura de Singer sobre apolítica brasileira no período pós-redemocratização, assim como para a crítica marxista

do populismo desde os anos 1960, ela deriva diretamente de uma passagem do *18 Brumário* em que Marx trata dos camponeses. A citação é longa, porém necessária:

Os camponeses parceiros constituem uma gigantesca massa, cujos membros vivem na mesma situação, mas não estabelecem relações diversificadas entre si. O seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de levá-los a um intercâmbio recíproco. O isolamento é favorecido pelos péssimos meios de comunicação franceses e pela pobreza dos camponeses. A sua unidade de produção, a parcela, não permite nenhuma divisão de trabalho no seu cultivo, nenhuma aplicação da ciência, portanto, nenhuma multiplicidade no seu desenvolvimento, nenhuma diversidade de talentos, nenhuma profusão de condições sociais. Cada família camponesa é praticamente autossuficiente, produzindo diretamente a maior parte do que consome e obtendo, assim, os seus meios de subsistência mais da troca com a natureza do que do intercâmbio com a sociedade. Há a parcela, o camponês e a família; mais adiante, outra parcela, outro camponês e outra família. Sessenta conjuntos desse tipo constituem um povoado; e sessenta povoados, um departamento. Assim, a grande massa da nação francesa se compõe por simples adição de grandezas homônimas, como batatas dentro de um saco constituem um saco de batatas. Milhões de famílias existindo sob as mesmas condições econômicas que separam o seu modo de vida, os seus interesses e a sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das demais classes, contrapondo-se a elas como inimigas, formam uma classe. Mas na medida em que existe um vínculo apenas local entre os parceiros, na medida em que a identidade dos seus interesses não gera entre eles nenhum fator comum, nenhuma união nacional e nenhuma organização política, eles não constituem classe nenhuma. Por conseguinte, são incapazes de fazer valer os interesses da sua classe no seu próprio nome, seja por meio de um Parlamento, seja por meio de uma convenção. Eles não são capazes de representar a si mesmos, necessitando, portanto, ser representados. O seu representante precisa entrar em cena ao mesmo tempo como o seu senhor, como uma autoridade acima deles, como um poder governamental irrestrito, que os proteja das demais classes e lhes mande chuva e sol lá de cima. A expressão última da influência política dos camponeses parceiros consiste, portanto, no fato de o Poder Executivo submeter a sociedade a si próprio. (MARX, 2011, p. 142-143).

O processo de formação de uma classe exige mais, portanto, do que a mera “identidade de interesses”. Essa identidade, em um contexto de isolamento ou de “vínculo apenas local”, não basta para formar uma classe. E a massa que resta, aquém da classe, será então definida por suas incapacidades e insuficiências. Inapta para atuar como parte autônoma da luta de classes, a massa torna-se massa de manobra, objeto das veleidades de seu representante, que atua “como o seu senhor”. A concentração de autoridade no Poder Executivo ou em um representante, que no limite “submete a sociedade a si próprio”, aparece como consequência de uma debilidade intrínseca da massa enquanto tal. Em linhas gerais, esse é o modelo que será mobilizado e adaptado pelos críticos do populismo ao contexto brasileiro dos anos 1960 e 1970. E como a interpretação de Singer baseia-se amplamente em sua leitura da obra daqueles críticos, importa elencar brevemente algumas formas pelas

quais os fundamentos da ideia de conservadorismo popular eram mobilizados pela crítica antipopulista de Cardoso, Weffort e Ianni.

No jargão tradicional do marxismo, correlatos da massa amorfa e politicamente estéril são o nacionalismo, como ideologia espúria, e o pequeno-burguês, como representante ilegítimo. Nesse sentido, vemos Cardoso (1964, p. 91) afirmar, poucos meses antes do golpe de 1964, que à “liderança intelectualizada e pequeno-burguesa dos movimentos nacionalistas” faltava “a transformação das ‘massas’ em ‘classe’”, para poderem pensar e agir para além da abstração dos “interesses da nação”. Na mesma linha, Weffort argumentava, em textos de 1964 e 1965, que “o nacionalismo esta[va] marcado pela fragilidade inerente a toda ideologia pequeno-burguesa” e apenas “obscure[cia] o sentido de classe da emergência política das massas” (WEFFORT, 1965, p. 188; WEFFORT, 1978, p. 39). E Ianni (1968, p. 114-115), por sua vez, atribuía à esquerda o defeito de não perceber que “a essência das massas trabalhistas e populistas é antes a consciência de massa que a consciência de classe”. Convergiam, pois, para uma crítica do nacionalismo como ideologia abstrata e impotente, enquanto deixavam entrever, sob o diagnóstico da necessária derrota das massas em 1964, a reiteração de uma concepção normativa de classe. Como não eram classe, estariam fadadas à derrota e ao malogro; como ainda não eram classe, estariam destinadas a uma existência efêmera, mera transição no movimento histórico da modernização; e como não podiam se comportar como classe, desconheciam seus verdadeiros interesses (de classe), deixando-se guiar e enganar pela ideologia.

Por esquemático que seja o brevíssimo panorama, importa para nossos fins sublinhar que essa *démarche* teórico-conceitual, com a crítica do populismo e do nacionalismo em chave marxista, se tornou amplamente aceita e difundida no campo da esquerda. E se, por um lado, ela forneceu as bases de uma interpretação sobre o golpe de 1964, por outro ela ultrapassou os limites de um diagnóstico situado do tempo histórico e passou a orientar leituras contemporâneas sobre a persistência das mazelas sociais e da impotência política das massas nas décadas que se seguiram à redemocratização.

Na obra de Singer, o conservadorismo popular aparece na esteira de sua recepção de escritos do sociólogo Antônio Flávio Pierucci, notadamente do artigo seminal sobre malufistas e janistas na cidade de São Paulo em meados dos anos 1980. Apesar de não empregar diretamente o termo, Pierucci (1987, p. 32) esmiúça os sentidos da “escalada reacionária na mentalidade popular” que teria culminado com a eleição, para a prefeitura da maior cidade do país, de Jânio Quadros em 1985 e, posteriormente, de Paulo Maluf em 1992. Um achado importante de Pierucci consiste na identificação de um conservadorismo que combina moralismo (no plano dos direitos reprodutivos e da defesa da família tradicional), autoritarismo (com apoio à atuação repressora de forças policiais) e alguma dose de igualitarismo (na defesa intransigente de uma atuação do Estado na saúde e na educação), rechaçando o ideário neoliberal e postulando uma ampla participação do Estado na economia e na expansão dos serviços públicos.

Em sua tese de doutorado, defendida em 1998 e publicada em 2000, Singer trata do comportamento eleitoral nas eleições presidenciais de 1989 e 1994, além de analisar os dados coletados em *surveys*, realizados no mesmo período, sobre a autoidentificação

ideológica do eleitorado. Salientando a importância da identificação ideológica como variável crucial para a compreensão do comportamento eleitoral, Singer argumenta, endossando a via interpretativa aberta por Pierucci, que a clivagem entre esquerda e direita no Brasil, ou entre progressismo e conservadorismo, não gira em torno do apoio ou rechaço às pautas igualitárias. O Brasil apresentaria uma configuração ideológica bastante distinta daquela que classicamente se revela nos países centrais. Aqui, todos seriam favoráveis à redução de desigualdades, a “mudanças igualitárias” – e no contexto de um “igualitarismo generalizado”, restaria uma divisão “ao longo de linhas ideológicas sobre *como* elas [as mudanças igualitárias] devem ser alcançadas” (SINGER, 2000, p. 164). Em outros termos, “a grande divisão entre direita e esquerda se dá em torno da questão da ordem” – o que ajudaria a entender porque, no Brasil, “o eleitorado à direita é predominantemente pobre” (SINGER, 2000, p. 146). Seria, pois, hegemônica entre os estratos mais baixos da pirâmide social brasileira a postulação de uma transformação mediada pela autoridade do Estado, “de modo que ela ocorra sem prejuízo da ordem (e talvez até com exacerbação da ordem)”, enquanto a esquerda pleitearia a mobilização social como meio preferencial para alcançar as mudanças igualitárias, aceitando o “perigo de desestabilização da ordem” (SINGER, 2000, p. 20).

Esse tipo específico de conservadorismo, favorável a mudanças, mas apegado à autoridade e à ordem, expressaria um “comportamento de massa” – e a massa conseguiria, por meio de um conhecimento intuitivo, “votar coerentemente” (SINGER, 2000, p. 160; p. 143). Ou seja, a massa conservadora traduziria suas difusas predileções em escolhas eleitorais coerentes por meio “de um sentimento do que significam as posições ideológicas” e de uma “intuição” para situar os candidatos e partidos na escala ideológica (SINGER, 2000, p. 143).

Pouco mais de uma década mais tarde, o conservadorismo popular passaria a ser um componente-chave para a interpretação do fenômeno do lulismo. Incorporando a distinção marxiana entre classe e massa (SINGER, 2012, p. 23-24), e afirmando-se como uma versão atualizada da “visada de classe, desde a qual Francisco Weffort analisou o populismo varguista” (SINGER, 2012, p. 33), a crítica do lulismo elaborada por Singer ancora-se na noção de subproletariado como a forma atual de manifestação da massa no contexto brasileiro. E compreendida a partir dos supracitados atributos da inconsciência e da heteronomia, a massa subproletária teria em Lula o seu representante-demiurgo.

Constituindo, desde o alto, o subproletariado em suporte político, o lulismo repete mecanismo percebido por Marx em *O 18 Brumário*. A análise de Marx é que as frações de classe que demonstram dificuldades essenciais para se organizar e tomar consciência de si, como já vimos, apresentam-se na política enquanto massa. Destituída da possibilidade de agir por meios próprios, a massa se identifica com aquele que, desde o alto, aciona as alavancas do Estado para beneficiá-la. (SINGER, 2012, p. 36-37).

A dialética entre essência de classe e aparência de massa é central para a compreensão do lulismo em Singer – assim como a constatação do “fato marcante de que nas camadas populares brasileiras há uma vasta porcentagem que está *aquém do proletariado*” (SINGER, 2012, p. 43). Essa é a base social do conservadorismo popular,

que teria derrotado Lula nas três primeiras eleições da Nova República e que, a partir de 2006, teria se realinhado definitivamente em favor do lulismo. Aquele eleitorado à direita, predominantemente pobre, dos anos 1990, teria passado a votar no Partido dos Trabalhadores, não por uma adesão ideológica à esquerda. O conservadorismo popular, em suma, permaneceria tal como sempre fora – antes, o lulismo seria a fórmula mesma de uma reaproximação de fração da esquerda partidária com o povo, entendida como um “pacto conservador”. Nesse pacto, mais do que o partido, importa a figura do líder, em cujo discurso se busca conjugar a defesa da ordem, valor primordial dos conservadores, com as “mudanças igualitárias” graduais, via Estado, defendidas intuitivamente pelo povo. Para Singer (2012, p. 74), “o lulismo, ao executar o programa de combate à pobreza dentro da ordem, confeccionou via ideológica própria, com a união de bandeiras que não pareciam combinar”, embaralhando a habitual divisão ideológica do país. Teria se forjado, assim, se bem interpretamos a análise de Singer, algo como uma esquerda conservadora, ou o que poderíamos chamar de um conservadorismo popular (moderadamente) de esquerda.

Para nossos fins neste artigo, importa destacar que o povo-massa permaneceria ao longo das últimas décadas mais ou menos estático – “parceiro fantasma do jogo político”, como dizia Weffort (1978, p. 16), não obstante a notável mudança em seu comportamento eleitoral. A ideia de conservadorismo popular, também em Singer, parece repousar nessa relativa perenidade fundamental – tudo o mais orbita ao seu redor, e se transforma para saciá-lo e se aproveitar dele, enquanto o conservadorismo popular restaria incólume no centro da cena:

A persistência do que poderíamos chamar de “conservadorismo popular” marca a distribuição das preferências ideológicas no Brasil pós-redemocratização, com a direita reunindo quase sempre cerca de 50% mais eleitores do que a esquerda. [...] apesar do sucesso do PT e da CUT, a esquerda não foi capaz de dar a direção ao subproletariado, fração de classe particularmente difícil de organizar. O subproletariado, a menos que atraído por propostas como a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tende a ser politicamente constituído desde cima, como observou Marx a respeito dos camponeses da França em 1848. Atomizados pela sua inserção no sistema produtivo, ligada ao trabalho informal intermitente, com períodos de desemprego, necessitam de alguém que possa, desde o alto, receber e refletir as suas aspirações dispersas. Na ausência de avanço da esquerda nessa seara, o primeiro mandato de Lula terminou por encontrar outra via de acesso ao subproletariado, amoldando-se a ele, mais que o modelando, e, ao mesmo tempo, fazendo dele uma base política autônoma. (SINGER, 2012, p. 79-80).

O subproletariado, forma periférica de uma subclasse, restaria aferrado às determinações estruturais que lhes imporiam o conservadorismo como horizonte ideológico possível. Não se trata, evidentemente, de atribuir uma essência ao povo brasileiro. Nem se afirma o conservadorismo como parte do caráter nacional. Distante de registros essencialistas e ontologizantes, o conservadorismo popular será diagnosticado como um efeito ideológico, perverso e renitente, da estrutura de classes (e subclasses) brasileira.

A sociologia política do conservadorismo popular, formulada por Singer através de sua análise das formas pelas quais o povo-massa aparece política e eleitoralmente desde a redemocratização, é um dos caminhos de reiteração desse *topos* comum da história do pensamento social brasileiro. Se a ideia, em si mesma, evoca antigos debates intelectuais que remontam à formação da linhagem do “autoritarismo instrumental” nas primeiras décadas do século XX, a perspectiva de Singer não chega a recuar tanto. Antes, seu grande interesse reside na atualização, para o contexto contemporâneo, de uma perspectiva marxista largamente difundida no imediato pós-1964. Nesse sentido, o conservadorismo popular da redemocratização é legítimo sucessor das massas amorfas e heterônomas do pacto populista.

Há, contudo, outras formas de reforçar a ideia de conservadorismo popular no discurso acadêmico, na esfera pública ou, ainda, no imaginário nacional. Vejamos a seguir como uma perspectiva culturalista, simpática a terapêuticas liberais, trata da nossa ideia-síntese.

LILIA SCHWARCZ E O CONSERVADORISMO COMO CULTURA

Em meio a uma pluralidade de sentidos, o conceito de interpretação do Brasil remete, com frequência, a certa ideia de desvelamento de uma cultura nacional, tratada a partir da perspectiva da longa duração. Interpretar, nesse sentido, implicaria esforço semelhante ao de descobrir ou mesmo de acessar formações mais profundas presumidamente ignoradas não apenas pelos não especialistas, mas também pela intelectualidade hegemônica. Com frequência, tomam-se como protótipo desse estilo intelectual os clássicos da década de 1930, lidos a partir do famoso prefácio de Antonio Candido (1969) ou das lentes do modernismo (JARDIM, 1978), para enfatizar as persistências e continuidades de certo núcleo duro da nacionalidade. Dentre os autores da época, ganham particular protagonismo Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre, valorizados pela ênfase na noção de cultura em cada uma das suas obras, além de Caio Prado Junior, em cuja contribuição sobressai a ênfase na longa duração e em certa ideia de permanência, sobretudo a partir das suas reflexões sobre o “sentido da colonização”.

A interação entre cultura e formação pode, sem dúvida, produzir obras que revelam dimensões perdidas em análises restritas aos marcos institucionais ou aos atores. Há, contudo, o risco de resvalar em certo culturalismo, ou seja, na valorização tão extrema de permanências e no núcleo duro de formas sociais que, apesar dos eventuais ganhos do olhar para a longa duração, podem-se perder as especificidades do presente e as profundas mudanças da sociedade brasileira. Podemos chamar esse esforço de *paradigma da viagem redonda*, em homenagem a certa faceta e a certas interpretações da obra de Raymundo Faoro que apontam para a reiteração dos mesmos pontos de partida e chegada na trajetória histórica brasileira, apesar de seu notável esforço intelectual. Nessa linha interpretativa, as raízes do Brasil determinariam, em boa medida, o posterior desenvolvimento do organismo que nutrem. É possível, por certo, construirmos leituras mais complexas dos clássicos de Faoro e Buarque de Holanda, mas nos interessa aqui menos a interpretação dos textos

do que a reconstrução dos arquétipos criados a partir deles. Dito de outro modo, a questão é como *Raízes do Brasil* (HOLANDA, 1995) e *Os donos do poder* (FAORO, 2008) criaram formas de interpretar o Brasil que enfatizam sobretudo as continuidades e a longa duração a partir de certo conceito de cultura.

Sobre o autoritarismo brasileiro (2019a), de Lília Schwarcz, é um dileto representante da tradição anteriormente descrita. Escrito com a manifesta intenção de dialogar com um momento histórico e um filão bibliográfico, a eleição de Jair Bolsonaro e as obras sobre *crise da democracia*³, o livro busca explicar a persistência do autoritarismo na história brasileira.

Não há no livro uma definição clara do que seria o substantivo *autoritarismo*, presente no título do volume. Ao longo dos capítulos, o mais comum é que o autoritarismo se faça presente enquanto adjetivo, que qualifica práticas, ideias, tradições ou governos. Ou seja, o autoritarismo opera como algo que distingue a identidade nacional, que marca a diferença específica ante a forma global. Schwarcz recorre com frequência à metáfora das raízes, em mote retórico que, apesar das protocolares ressalvas em sentido contrário, expõe o acúmulo dos mais de cinco séculos de história como um imenso peso a determinar os rumos do presente. As raízes funcionariam como lógicas de adjetivação, que qualificam de modo semelhante formas diversas da vida social – elas representariam uma manifestação do conceito de cultura, definida como princípio de formação e reprodução da nacionalidade:

O objetivo deste pequeno livro é reconhecer algumas das raízes do autoritarismo no Brasil, que têm aflorado no tempo presente mas que, não obstante, encontram-se emaranhadas nesta nossa história de pouco mais de cinco séculos. [...] O mito da democracia racial, de forte impacto no país, é bom pretexto, portanto, para entender como se formam e consolidam práticas e ideias autoritárias no Brasil. Mas existem outras janelas importantes. O patriarcalismo, o mandonismo, a violência, a desigualdade, o patrimonialismo, a intolerância social, são elementos teimosamente presentes em nossa história pregressa e que encontram grande ressonância na atualidade. (SCHWARCZ, 2019a, p. 26)

O livro dialoga diretamente não apenas com a tradição do pensamento brasileiro antes descrita, mas com a ampla bibliografia sobre autoritarismo construída após o golpe de 1964. Entre 1964 e o início do processo de redemocratização, é possível apontar que a questão sobre os frequentes retornos do autoritarismo constituiu o principal tema das ciências sociais brasileiras, então em pleno processo de institucionalização. Schwarcz se aproxima tanto dos autores que viam no processo de formação da sociedade brasileira, em sua modernização *patológica*, as bases fundamentais de um eterno retorno societário, quanto dos que viam na construção

3 A autora expõe isso em entrevista: “Essa foi uma encomenda da editora, pautada nesses livros americanos do tipo ‘Como as democracias morrem’ (de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt) e eu já vinha escrevendo no [site] Nexo uma série de textos com esse tipo de estrutura, indo para o passado e voltando para o presente – não para dizer que o passado explica tudo, mas para dizer que parte da nossa contemporaneidade é tomada por nosso passado” (SCHWARCZ, 2019b).

de um Estado alheio à sociedade, preocupado apenas com seus próprios interesses, a grande chave para a persistência de uma ordem autoritária. Predomina, contudo, a atribuição do autoritarismo à sociedade.

Tratando do racismo, a autora afirma que: “A escravidão nos legou uma sociedade autoritária, a qual tratamos de reproduzir em tempos modernos” (Schwarcz, 2019a, p. 35). Já, quando aborda o mandonismo, Schwarcz destaca que, mesmo em meio às mudanças posteriores à Constituição de 1988 e às muito recentes transformações produzidas a partir do mundo digital, há uma continuidade inegável, que, para caracterizá-la, a autora recorre outra vez ao conceito de raiz:

Não existe uma continuidade mecânica entre nosso passado e o presente, mas a raiz autoritária da nossa política corre o perigo de prolongar-se, a despeito dos novos estilos de governabilidade. [...] Essa é uma linguagem que herdamos dos mandonismos do passado, da época do domínio exclusivo da grande propriedade rural, mas que vem encontrando renovada sobrevida nesta nossa era dos afetos digitais, igualmente autoritários. (SCHWARCZ, 2019a, p. 63).

Os termos escolhidos para caracterizar o fenômeno, como raiz e herança, contradizem a afirmação protocolar da ausência de continuidades mecânicas entre passado e presente. O passado parece nos ter legado uma cultura que não apenas pautou nossa trajetória pregressa, como define traços fundamentais do presente e aponta para os horizontes futuros da sociedade brasileira. A ultradireita contemporânea e Jair Bolsonaro surgiram, portanto, como expressão de camadas profundas da sociedade brasileira. Eles não revelariam meras novidades ou a importação de fenômenos populares em outras latitudes, mas exporiam verdades profundas da nossa cultura e da nossa formação, ofuscadas pela miopia de muitos e pelos relativos sucessos institucionais das últimas décadas. Para além dos avanços no plano da institucionalidade, perdurariam, contudo, continuidades abaixo da superfície, como correntes subterrâneas que vez ou outra vêm à tona, para demonstrar o caráter passageiro e superficial das calmarias.

Constrói-se, assim, certa ideia do conservadorismo como verdade última da cultura e da formação brasileiras. O povo brasileiro seria conservador, não por uma débil estrutura de classes, até porque as classes aqui não comparecem como variáveis analíticas importantes. Antes, o conservadorismo popular aparece aqui como um traço genérico de uma deformação cultural em que a diferença entre povo e elite é menos relevante do que os efeitos perversos de um déficit secular de liberalismo e de republicanismo que assola a história do país e afeta a todos (SCHWARCZ, 2019a, p. 64; p. 236). Em tal argumento, a ideia de povo não figura como sinônimo das parcelas mais pobres da sociedade brasileira, mas como a totalidade dos cidadãos brasileiros. Nesse sentido, é sintomática a generalização sobre “nós, brasileiros”, que aparece no trecho seguinte: “naturalizar a desigualdade, evadir-se do passado, é característico de governos autoritários [...]. Mas é também fórmula aplicada, com relativo sucesso, entre nós, brasileiros” (SCHWARCZ, 2019a, p. 19). O autoritarismo brasileiro aparece, pois, como correlato de um conservadorismo brasileiro, que atravessa a sociedade de alto a baixo.

A ênfase na dimensão social do autoritarismo não desvia, contudo, de um olhar atento para o papel do Estado, das instituições e das elites políticas. Essa dimensão, cara a autores como Raymundo Faoro e Simon Schwartzman, está explícita no modo como Lilia Schwarcz valoriza os conceitos de patrimonialismo e corrupção. A autora se aproxima dos conceitos a partir das formulações de Sérgio Buarque de Holanda e Roberto da Matta, e chega a pensá-los como entidades que antecederiam até mesmo a própria ideia de Brasil. As raízes atuariam antes mesmo da manifestação do tronco e dos galhos na superfície da terra: “Até mesmo na carta que Pero Vaz de Caminha escreveu quando chegou ao território há vestígios, senão de corrupção, ao menos de patrimonialismo” (SCHWARCZ, 2019a, p. 90). Mesmo que passe por uma atuação ativa das elites incrustadas no Estado, a corrupção depende, segundo a autora, da aquiescência da sociedade: “a corrupção só pode existir se estiver disseminada na própria sociedade, a qual, de alguma forma, a acoberta ou redime” (SCHWARCZ, 2019a, p. 114).

O olhar para a cultura e a sociedade faz com que, mesmo quando se trate da dimensão estatal, seja valorizada a relação entre Estado e sociedade, ora retratada como “viciada” (SCHWARCZ, 2019a, p. 65), ora concebida na chave do “divórcio” (SCHWARCZ, 2019a, p. 94). Essa relação disfuncional, sintoma das dimensões patológicas da nossa modernização (VIANNA, 1999), é, contudo, fundamentalmente definida a partir da ideia de *herança*, que pode produzir frutos diversos no presente, mas encontra seu motor fundamental em certo passado:

A contaminação de espaços públicos e privados é uma herança pesada de nossa história, mas também é um registro do presente. A concentração da riqueza, a manutenção dos velhos caciques regionais, bem como o surgimento dos “novos coronéis” e o fortalecimento de políticos corporativos mostram como é ainda corriqueiro no Brasil lutar, primeiro, e antes de mais nada, pelo benefício privado. Essa é uma forma autoritária e personalista de lidar com o Estado, como se ele não passasse de uma generosa família. (SCHWARCZ, 2019a, p. 87).

O argumento central do livro passa justamente pela permanência de um passado que a mais recente modernização não teria conseguido transformar com a profundidade necessária. Em meio às efetivas transformações do Estado e mesmo das relações sociais, há continuidades que não apenas limitam a profundidade das mudanças, mas permitem a volta de fantasmas que pareciam ter sido relegados ao passado. A democratização foi capaz de superar o autoritarismo político, da ditadura militar de 1964, mas não apagou as marcas profundas, as raízes, de uma cultura autoritária, presente nas práticas do Estado, mas sobretudo incrustada na sociedade.

Enfim, nesses trinta anos, o Brasil não só buscou consolidar a democracia, como modernizou as relações sociais. Não deu conta, porém, de deter as práticas de patrimonialismo que se encontram bastante arraigadas e ajudam a explicar parte da crise que vivenciamos nos dias de hoje. (SCHWARCZ, 2019a, p. 86-87).

Mesmo quando pondera e complexifica as permanências, a estrutura da obra aponta para uma sociedade que tem no autoritarismo sua *verdade última*. O

conservadorismo e o reacionarismo, expostos pela vitória de Jair Bolsonaro, não são novidade ou ruptura, mas um novo momento coerente com a nossa trajetória histórica: “talvez estejamos vivendo mais um novo capítulo dessa nossa história autoritária, com uma convincente guinada conservadora e reacionária, que surgiu das urnas no pleito de 2018” (SCHWARCZ, 2019a, p. 225).

O ponto de chegada do longo percurso de Schwarcz retoma a metáfora das raízes, que seriam expostas em momentos de crise, quando a superfície não mais se mostra capaz de encobrir a essência. A terapêutica soa, contudo, superficial e genérica, sobretudo depois de diagnóstico que aponta para mazelas tão profundas e consolidadas:

Toda vez que a crise se avoluma, reaparece o nosso déficit republicano, localizado bem na raiz da comunidade política. Faz-nos falta, nessas horas, uma agenda ética que seja capaz de transformar o sistema político eleitoral e o comportamento partidário; atacar a corrupção dentro e fora do governo; combater a violência que segue assaltando a nossa liberdade de circular nas ruas. [...] Andamos precisados de menos líderes carismáticos e de mais cidadania consciente e ativa. (SCHWARCZ, 2019a, p. 236-237).

Ante uma profunda cultura autoritária, marca de uma longa formação, que conforma uma sociedade sempre propensa a recair nos conservadorismos e reacionarismos de ocasião, é difícil ver saídas efetivas em uma “agenda ética” ou na “cidadania consciente e ativa”. Se inegavelmente o livro assume uma posição progressista, de crítica ao bolsonarismo e à ultradireita, deve-se ressaltar que o seu diagnóstico, algo descolado das saídas que propõe, não deixa de apresentar pontos de convergência com perspectivas políticas radicalmente diferentes.

OLAVO DE CARVALHO E A ESSÊNCIA CONSERVADORA DO POVO

Como destacado no início deste artigo, um dos argumentos centrais da identidade pública da ultradireita contemporânea é a relação umbilical entre direita e povo. Pretende-se tanto desconstruir a base da identidade das esquerdas de diversas matizes, quanto reconstruir parte das reivindicações historicamente vinculadas às identidades públicas à direita. Trata-se, portanto, de um esforço para reconfigurar toda a topologia da disputa política, sem se restringir ao simples surgimento de novos atores ou recursos políticos de ocasião. É possível indicar que a própria centralidade do conceito de direita, que não se confunde com o longo protagonismo de atores da direita, passa, em parte, por esse novo cenário político, o qual veio a ser crescentemente naturalizado não apenas por atores do campo da ultradireita, mas por diversos personagens do debate público.

As definições mais influentes do conservadorismo apontam para a defesa da existência de hierarquias naturais, a rejeição a mudanças bruscas, a valorização das ideias de ordem e tradição, e o predomínio de um *conceito espacial de história* (MANNHEIM, 1959; FREEDEN, 1996). A centralidade dos conceitos de tradição e história por vezes mobiliza um imaginário popular, sobretudo a partir de um diálogo com o

ideário nacionalista. Não costuma haver qualquer ideia de protagonismo popular nesse campo, que, distintamente, costuma cultivar, como consequência da sua ideia de desigualdade natural, um elogio às elites políticas, econômicas e intelectuais.

Há, porém, uma importante inflexão do campo com a massificação da política no pós-guerra. Inovações nos meios de comunicação e a necessidade de mobilizar politicamente as massas, mesmo em democracias semelhantes ao ideal schumpeteriano da competição entre elites, levaram intelectuais e lideranças conservadoras a recorrer a um imaginário no qual o povo também fosse protagonista da visão de mundo das direitas. Trata-se de uma quase exigência em ambientes com instituições democráticas, mesmo que limitadas, nos quais as eleições determinam ao menos parcialmente a divisão dos recursos de poder.

O conservadorismo, desse modo, passa a reivindicar não apenas uma identidade de valores ou ideais entre suas lideranças e a população, em dinâmica na qual a representação se limita a uma política de ideias (PHILLIPS, 1995), mas certa dimensão da presença, da representatividade, na qual as lideranças comungam de certa afinidade profunda com uma versão idealizada de povo. Para tanto, é fundamental desconstruir o argumento de afinidade entre as esquerdas, de diversas matizes, e os modos de vida popular. Tanto a Nova Esquerda, consolidada a partir dos idos de 1968, quanto as velhas tradições do campo, de vertente marxista e social-democrata, passam a ser retratadas como elitizadas, representativas de pequenos grupos sociais que fingiriam ter uma trajetória de proximidade com o povo que, em verdade, lhes seria estranha.

A renovação da direita norte-americana no pós-guerra (NASH, 1976; PHILLIPS-FEIN, 2011) tem nesse tema um elemento central, presente nas mais diversas feições do campo, de tradicionalistas a libertários, passando por reacionários e neoliberais. Um bom exemplo está nas contribuições de um autor como William F. Buckley Jr., central na organização da direita norte-americana a partir da criação da *National Review*, que em 1951 escreve *God and man at Yale*, acusando as universidades da Costa Leste de reproduzirem um repertório que negaria as tradições nacionais e ocidentais, enquanto constituiria um novo tipo de elite intelectual. Nos textos da supracitada revista, o autor vai aprofundar o argumento com caricaturas dos emergentes movimentos negro, feminista e de contracultura, que serão retratados em oposição aos verdadeiros interesses que pretendem representar, enquanto se aproximam de uma elite ciosa de garantir, antes de tudo, seus próprios interesses como grupo. O movimento encontrava ecos na direita brasileira do pós-guerra, retomado por vários dos protagonistas do campo – como Carlos Lacerda, Roberto Campos ou Paulo Francis – que retratavam a esquerda a partir de um divórcio entre seu discurso e seus verdadeiros interesses.

Surge, desse modo, uma ambiguidade, central para a eficácia dos novos contornos da direita. Por um lado, mantêm-se o elogio às elites e a afirmação de que, distintamente do que indica a esquerda, a desigualdade é não apenas natural, como inevitável e eventualmente produtiva. Reivindica-se, por outro lado, uma afinidade profunda entre direita e povo, em construção que diagnostica não apenas uma identidade de valores e modos de vida, mas sobretudo uma homologia moral. Tal ambiguidade já se fazia presente em algumas lideranças da direita posteriores à

década de 1970, como Ronald Reagan, mas se torna ainda mais explícita, com feições próximas a caricatura, em lideranças da ultradireita contemporânea, que almejam afirmar-se tanto como lideranças excepcionais quanto como homens e mulheres comuns, que compartilhariam de experiências com o povo. Em graus diversos e com certas particularidades, o movimento se faz presente em personagens como Bolsonaro (Brasil), Trump (Estados Unidos), Le Pen (França), Milei (Argentina) e Orbán (Hungria), dentre outros.

Olavo de Carvalho não é, portanto, o criador de uma fórmula milagrosa ou o desbravador de um campo desconhecido, por mais que reivindicasse esse lugar, muitas vezes repetido por seus discípulos e opositores. Ele retoma uma tradição e um mote retórico conhecido, dentro e fora do Brasil (CHALOUB, 2022), e busca adaptá-la a um momento histórico de profundas modificações na esfera pública.

As ideias de povo e de conservadorismo estão intimamente relacionadas no pensamento do autor a partir de argumentos de natureza ontológica, histórica e conjuntural. Em distintos momentos dos seus textos, sobrepõem-se formulações que apontam uma essência inequívoca do ser do povo, uma reconstrução histórica dos traços do povo brasileiro que o levaram a ser conservador e análises de conjuntura que tomam o conservadorismo popular como ponto de partida. Começamos pelo último estilo de intervenção pública. Em artigo publicado em seu mais vendido e conhecido livro, *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*, Carvalho afirma:

[...] a maioria absoluta dos brasileiros, especialmente jovens, é um eleitorado maciçamente conservador desprovido de representação política, de ingresso nos debates intelectuais e de espaço na “grande mídia”. É um povo marginalizado, escorraçado da cena pública por aqueles que prometeram abrir-lhe as portas da democracia e da participação. (CARVALHO, 2013, p. 244).

O discurso é estruturado a partir de ideias antitéticas e assimétricas: povo e elites; representação e marginalização; conservadorismo e ordem política brasileira. No cenário político esboçado, o povo, “maciçamente conservador”, é definido pela sua exclusão, por ser marginalizado ante a ordem estabelecida, em processo conduzido justamente por quem lhe promete “democracia” e “participação”. É evidente que a marginalização é consequência de um ator, os não conservadores, ou seja, a esquerda, que supostamente domina os grandes palcos da esfera pública e da democracia brasileira: a representação política, os debates intelectuais e a grande mídia. Como consequência da formulação, temos a ideia de que o conservadorismo seria a ideologia capaz de verdadeiramente representar o povo, dando-lhe voz e incorporando seus valores, enquanto os imaginários progressistas que prometeriam representá-lo, com base na democracia, idealizariam uma dinâmica de participação e inclusão, mas na verdade implicariam apenas sua efetiva marginalização.

A liderança popular de Lula é vista, nesse sentido, mais como confirmação da vocação do povo do que como evidência capaz de problematizar a teoria, já que os motivos para a escolha seriam antes estéticos do que políticos: “Muitos dos eleitores de Lula votaram nele pelo simples fato de que ele parecia um tipo mais antigo, mais arraigado nas tradições populares, do que seus concorrentes moderninhos, com ares

de tecnocratas. O motivo da escolha não foi político nem ideológico: foi puramente estético” (CARVALHO, 2007). Sem representantes, restava à direita se expor pelas frestas do inconsciente coletivo:

[...] por falta de advogados, a defesa dos “pilares da ordem, a família, a propriedade, os costumes”, como os resumiu Fernando Henrique, é excluída do linguajar político decente e jogada para o limbo da “extrema direita”. Como, por outro lado, ela expressa os ideais majoritários da população brasileira, o resultado é que o Brasil se torna uma nação de excluídos políticos, onde a maioria não tem representantes nem porta-vozes. Privado dos canais normais de atuação, o conservadorismo brasileiro recua para o inconsciente coletivo e tem de se expressar por vias simbólicas, indiretas, analógicas. (CARVALHO, 2007).

Olavo de Carvalho tem uma interpretação sobre o processo de construção histórica da ordem política brasileira da redemocratização. Tema do primeiro volume da sua trilogia da década de 1990, *A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra e Antonio Gramsci* (CARVALHO, 1994), a interpretação aponta para mudanças na estratégia e no vocabulário da esquerda, que, inspirada por Gramsci, abandonaria a ideia de revolução pelas armas e privilegiaria a guerra através da cultura, dos valores. A formulação do autor parece, muitas vezes, uma heterogênea colagem de teses e formulações semelhantes, todas preocupadas com as inovações da “nova esquerda”, presentes em reflexões de intelectuais da direita norte-americana sobre os radicalismos de esquerda e nas formulações, de forte contribuição da intelectualidade católica, sobre a “ideologia de gênero” (MISKOLCI; CAMPANA, 2017). O sucesso da trajetória da esquerda teria decorrido tanto de sua habilidade quanto da miopia dos militares, incapazes de perceber as mudanças que ocorriam durante seus últimos anos à frente do poder. Em artigo intitulado “Por que a direita sumiu”, publicado em março de 2012, Carvalho destaca:

Quando terminou a era dos governos militares, em 1988, só quem era ainda conservador no Brasil era o povão mudo, desprovido de canais para fazer valer suas opiniões, enquanto o espaço cultural inteiro – mídia, movimento editorial, universidades, escolas secundárias e primárias etc. – já era ocupado, gostosamente, pela multidão de tagarelas da esquerda que ainda mandam e desmandam no panorama mental brasileiro. [...] A direita saiu da política nacional, porque, com a complacência e até a ajuda do governo militar, foi primeiro banida da cultura nacional. (CARVALHO, 2012).

Há uma relação entre o *banimento* da direita da cultura nacional e sua suposta *ausência* na política brasileira. Como consequência desse movimento, o *povão* acaba *mudo*, sem conseguir fazer valer suas opiniões, o que sugere uma democracia em que o poder estava de fato vinculado ao povo, mas era usurpado por elites de esquerda. Por um lado, o diagnóstico retrata a direita defendida por Carvalho, a ultradireita, como única autêntica; por outro, entroniza o autor como intelectual capaz não apenas de interpretar o mundo, mas de transformá-lo, a partir da ilustração e da mobilização, a partir do conhecimento de um povo silenciado e excluído.

Em inflexão relevante ante as representações anteriores do povo no

conservadorismo de autores como Oliveira Vianna, que o tomam como incapaz de mobilização e privilegiam as elites, aparece não apenas em Carvalho, mas em alguns dos intelectuais e lideranças da ultradireita, como nos próprios discursos de Jair Bolsonaro, uma incitação à mobilização, algo visto anteriormente apenas na tradição integralista. Parte da inspiração vem, por certo, de tradições da direita brasileira, consolidadas pelo ambiente do Instituto Brasileiro de Filosofia (IBF), frequentado pelo autor, enquanto outro tanto chega por ventos norte-americanos, já que há nos textos de Carvalho uma clara marca do estilo dos intelectuais públicos da direita dos EUA, em inspiração que vai dos temas escolhidos ao estilo retórico empregado⁴.

É necessário destacar, contudo, que todos os argumentos circulam em meio a uma narrativa mais ampla, que antes chamamos de ontológica, definida por uma crítica radical de vertente reacionária à modernidade. Inspirado por autores como Rene Guénon e, em menor medida, Eric Voegelin, Carvalho lê boa parte da trajetória do mundo nos últimos séculos em tom fortemente crítico, em formulação que conjuga um diagnóstico de decadência ao elogio de uma ordem natural não secular. Para o autor, a modernidade tem vícios inerentes, vinculados ao materialismo, e uma inevitável tendência à decadência. Em meio a essa narrativa de alcance global e à mobilização de longos períodos de tempo, o Brasil ocupa um lugar secundário em tal representação teórica, perdido em meio à rigidez das estruturas metafísicas.

O autor conjuga, portanto, argumentos conservadores sobre os temas mais presentes na esfera pública, quase todos inspirados no conservadorismo norte-americano do pós-guerra e em tradições da direita brasileira, com uma linguagem política reacionária sobre os rumos da modernidade, a qual inevitavelmente condiciona seus diagnósticos sobre o Brasil. Se, quando aborda temas sobre o aborto ou a sexualidade, ele repete motes e *performances* conservadores, suas formulações sobre o cenário político global ou o futuro do país são atravessadas por uma cosmovisão sobretudo reacionária.

Não há, em Carvalho, qualquer temor de incorrer em contradições, que são resolvidas a partir de argumentos pragmáticos, ou de mencionar sentidos incognoscíveis aos leitores, seja por razões teológicas, seja por um evidente elitismo que atribui ao autor a compreensão de elementos impossíveis de ser compreendidos, por razões diversas, pela grande maioria dos leitores.

Mesmo que encontre ruídos com a narrativa reacionária mais ampla de Carvalho – que retira qualquer autonomia não apenas do povo como do próprio Brasil, cujo destino estaria soterrado em meio a sentidos teológicos da história –, a representação de um povo intrinsecamente conservador ocupa papel central na construção da sua obra e na capacidade de mobilização das suas ideias, dentro e fora das redes sociais. Tal discurso foi fundamental para o crescente destaque de Carvalho no debate público brasileiro, contribuindo para que ele ultrapassasse um círculo mais restrito de leitores rumo a uma enorme influência como intelectual público. A ideia de um povo conservador conjuga a suposta revelação de uma verdade oculta, possível apenas pela palavra ímpar do intelectual, com a sensação de pertencimento a uma maioria natural, o que ajuda a mobilizar um

4 Sobre as influências intelectuais do autor, ver: Chaloub (2022).

grande contingente de indivíduos e grupos sociais. Justamente por sua capacidade de ultrapassar as fronteiras da direita e da ultradireita, mesmo antes da atual conjuntura, estamos diante de um argumento de grande utilidade para a construção de uma maior influência do campo, que constrói uma visão de país e sociedade capaz de ampliar o número dos seus usuais simpatizantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é recente, nem se limita ao ambiente acadêmico, a intuição de que o povo brasileiro é fundamentalmente conservador. Essa transversalidade temporal e espacial da ideia de conservadorismo popular chama nossa atenção para um componente crucial do pensamento social brasileiro: a capacidade de transcender os limites do jargão erudito e especializado, alcançando o solo de um relativo senso comum, para depois refletir de volta sobre ele, reexpressando certas intuições mais ou menos compartilhadas e conferindo a elas novas camadas de densidade analítica. Buscamos abordar um tema clássico do pensamento político-social brasileiro, seguindo de perto e adaptando para uma análise do tempo presente a concepção de Brandão sobre o papel desse campo de estudos:

[...] o [estudo do] pensamento político-social foi capaz de formular ou discriminar na evolução política e ideológica brasileira a existência de “estilos” determinados, formas de pensar extraordinariamente persistentes no tempo, modos intelectuais de se relacionar com a realidade que subsumem até mesmo os mais lídimos produtos da ciência institucionalizada, estabelecendo problemáticas e continuidades que permitem situar e pôr sob nova luz muita proposta política e muita análise científica atual. (BRANDÃO, 2007, p. 29).

Não se trata, por suposto, de uma busca pela origem primeira dessa espiral de retrodeterminações entre senso comum, discursos que circulam na esfera pública e conceitos que se formam nas obras de intelectuais e acadêmicos. Antes, mais importa perceber, na diversidade mesma de estilos e formas de reproduzir aquelas ideias perenes, como tais noções se tornam estruturantes da reflexividade nacional, desacatando fronteiras ideológicas e disciplinares. Esse foi o propósito deste artigo. E seu êxito enquanto exercício de metainterpretação do Brasil terá sido, de um lado, reconstruir em sua especificidade os diversos modos de reprodução atual da ideia de conservadorismo popular e, de outro, sublinhar a promiscuidade ideológica e disciplinar com a qual essa ideia circula entre nós.

No contexto de uma rigorosa interpretação marxista do Brasil contemporâneo, vimos como o conservadorismo popular se torna um ponto de ancoragem conceitual para a explicação dos efeitos políticos e eleitorais de certas peculiaridades e deficiências da estrutura de classe no país. Ali, parte da barafunda ideológica brasileira, da qual o lulismo seria a faceta proeminente, parece derivar desse componente inamovível da realidade nacional. Mesmo em um cenário de crise do lulismo, o renitente conservadorismo surge como chave interpretativa central

para compreender a reativação da direita no Brasil (SINGER, 2021). As diversas constelações de arranjos políticos e transformismos girariam, assim, em torno desse eixo, amoldando-se ao fato do conservadorismo popular.

Vimos também outras duas formas distintas de reproduzir a mesma ideia. Para além de um efeito da estrutura de classes na periferia do capitalismo, o conservadorismo popular é também expresso como um dado constitutivo da cultura brasileira, enraizado em séculos de má-formação. Lido em chave culturalista, o suposto conservadorismo do povo torna-se um componente multifacetado, que não necessariamente se manifesta continuamente em uma linha reta ascendente, mas antes obedece às descontinuidades da dinâmica de uma viagem redonda faoriana. Não mais efeito de uma camisa de força estrutural, mas sim parte de um longo processo de sedimentação cultural que teria atravessado, relativamente incólume, as décadas de redemocratização do país.

Por último, observamos como no jargão de um ideólogo da ultradireita o conservadorismo popular torna-se essência. Nesse discurso, produzido na esfera pública, essa essência teria passado por uma fase de obscurecimento, fomentado pelas artimanhas de uma esquerda hegemônica, mas não tardaria a ganhar novamente a superfície. Aqui, o conservadorismo popular é afirmado na interseção da descrição com certo apelo explicitamente normativo, ao contrário das outras duas formas anteriormente analisadas, em que se trata de modular criticamente a realidade informada pelo povo conservador. Para o publicista, afirmar que “o povo é conservador” é, ao mesmo tempo, desejar que ele assim seja e que todos enfim possam reconhecê-lo em sua verdade última.

A existência de uma mesma ideia, ainda que formulada de modo bem diverso, ilustra como alguns argumentos comuns atravessam épocas e autores bem distintos politicamente, constituindo um terreno comum formado por estudos acadêmicos, ensaios de intelectuais públicos e intervenções de ideólogos. Nas idas e vindas entre artigos, livros, jornais e redes sociais, formam-se sentidos comuns que, por motivos diversos, se mostram extremamente influentes na conformação do debate público e da cena política. Reconstruí-los é não apenas um campo de investigação relevante do pensamento político-social brasileiro, como uma forma de melhor compreendermos o cenário político da última década.

SOBRE OS AUTORES

PEDRO LUIZ LIMA é professor adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
pedrollima@ufrj.br
<https://orcid.org/0000-0001-7830-5136>

JORGE CHALOUB é professor adjunto do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).
jchaloub84@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7990-4496>

REFERÊNCIAS

- BOLSONARO, Jair. Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de Recebimento da Faixa Presidencial. Brasília, 1º de janeiro de 2019. Disponível em: <https://shorturl.at/rOXvi>. Acesso em: out. 2024.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.
- BUCKLEY JR., William F. *God and man at Yale: the superstitions of "Academic Freedom"*. Chicago: Henry Regnery Company, 1951.
- CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Editora José Olympio, 1969.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.
- CARVALHO, Olavo. *A nova era e a revolução cultural*: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. Rio de Janeiro: Instituto de Artes Liberais & Stella Caymmi, 1994.
- CARVALHO, Olavo. A direita a serviço da esquerda. *Diário do Comércio*, 9 de abril de 2007. Disponível em: <http://olavodecarvalho.org/a-direita-a-servico-da-esquerda>. Acesso em: 21 jun.2022.
- CARVALHO, Olavo. Porque a direita sumiu. *Diário do Comércio*, 2 de março de 2012. Disponível em: <https://olavodecarvalho.org/por-que-a-direita-sumiu>. Acesso em: 21 jun.2022.
- CARVALHO, Olavo. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. Rio de Janeiro: Record, 2013.
- CAVALCANTE, Sávio; CHAGURI, Mariana M.; NICOLAU NETTO, Michel. O conservadorismo-liberal no Brasil: a força da articulação no contexto de pandemia. *Brasiliána: Journal for Brazilian Studies*, v. 10, n. 1, October 2021, p. 285-307. <https://doi.org/10.25160/bjbs.v10i1.127240>.
- CHALOUB, Jorge. Uma obra entre o reacionarismo e o conservadorismo: o pensamento de Olavo de Carvalho. *DoisPontos*, v. 19, n. 2, julho 2022, p. 78-96. <https://doi.org/10.5380/dp.v19i2.87162>.
- CHALOUB, Jorge; LIMA, P. L.; PERLATTO, Fernando. Direitas no Brasil contemporâneo. *Teoria e Cultura*, v. 13, n. 2, 2018, p. 9-22. <https://doi.org/10.34019/2318-101X.2018.v13.i2.13988>.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- FREEDEN, Michael. *Ideologies and political theory: a conceptual approach*. Oxford: Oxford, 1996.
- IANNI, Octavio. *O colapso do populismo no Brasil* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- JARDIM, Eduardo. *A brasilidade modernista*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MANNHEIM, Karl. Conservative thought. In: MANNHEIM, Karl. *Essays on sociology and social psychology*. London: Routledge & Kegan Paul, 1959, p. 74-119.
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, n. 3, 2017, p. 723-745. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922017.3203008>.
- NASH, George H. *The conservative intellectual movement in America since 1945*. New York: Basic Books, 1976.
- PHILLIPS, Anne. *The politics of presence*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- PHILLIPS-FEIN, Kim. Conservatism: a state of the field. *The Journal of American History*, v. 98, n. 3, December 2011, p. 723-743. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41510116>. Acesso em: out. 2024.
- PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. *Novos Estudos*, São Paulo, v. 3, n. 19, dez. 1987, p. 26-45. Disponível em: <https://novosestudios.com.br/produto/edicao-19>. Acesso em: out. 2024.
- ROCHA, Camila. *Menos Marx, mais Mises*. São Paulo: Todavia, 2021.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SCHWARCZ Lilia, M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019a.
- SCHWARCZ, Lilia M. Sempre fomos autoritários: [Entrevista concedida a] Andressa Rovani. 2019b. Disponível em: <https://shorturl.at/3nGDh>. Acesso em: 24 de agosto de 2024.
- SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.
- SINGER, André. *Sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. *Opinião Pública*, v. 27, n. 3, 2021, p. 705-729. <https://doi.org/10.1590/1807-01912021273705>
- VIANNA, L. W. Weber e a interpretação do Brasil. *Novos Estudos*, v. 53, 1999, p. 33-47. Disponível em: <https://novosestudios.com.br/produto/edicao-53/#gsc.tab=0>. Acesso em: out. 2024.
- WEFFORT, Francisco. Política de massas. In: IANNI, Otavio; SINGER, Paulo; COHN, Gabriel; WEFFORT, Francisco. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 161-198.
- WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.